

RELATORIA

Como parte da programação da Etapa Ceará do II Encontro Nacional de Educação (ENE), a tarde do dia 8 de junho foi destinada aos Grupos de Trabalho sobre os eixos do encontro. Inicialmente, estavam previstos os seguintes pontos: 1) Gestão; 2) Financiamento; 3) Avaliação; 4) Trabalho e formação dos trabalhadores da educação; 5) Acesso e permanência; 6) Gênero, sexualidade e orientação sexual; e 7) Questões étnico-raciais. No entanto, dada a quantidade de participantes presentes (em torno de vinte), optou-se pela realização de um único grupo. Como metodologia, foi proposta a leitura, da cartilha intitulada “Em defesa da educação pública, gratuita e dos 10% do PIB para a educação pública já!”, ponto a ponto, e foram apresentados os encaminhamentos contidos nos anais da primeira edição do encontro.

Antes de iniciar as discussões foram esclarecidos alguns pontos: 1. Os eixos discutidos no I ENE e que serão discutidos II ENE foram alterados, alguns foram aglutinados e outros diante das complexidades apresentadas e da conjuntura atual foram acrescentados; 2. Um outro esclarecimento dizia a respeito da questão de acessibilidade que não era um eixo específico mas que encontra-se inserido no Eixo de Acesso e Permanência.

Após os esclarecimentos deu-se início a leitura dos documentos norteadores da discussão do **Eixo 1 – Acesso e Permanência**. As principais propostas sugeridas no debate foram:

- Criação de uma Política Nacional de Acesso e Permanência;
- Lutar por uma educação pública, gratuita e de qualidade;
- Que sejam contempladas as necessidades educacionais específicas, considerando que esse termo é mais completo e que engloba não só pessoas com deficiência como também pessoas com transtornos de aprendizagem e altas habilidades/superdotação;
- Realização de concursos públicos que supra a carência de vagas apresentadas pelas instituições que ofereçam educação pública, gratuita e de qualidade, em qualquer um dos níveis e modalidades do ensino;
- Educação infantil na rede pública, gratuita e de qualidade de ensino para todas as crianças;
- Que as Instituições de Ensino Superior desenvolvam programas que objetivem a formação dos estudantes que extrapolaram o período regular;
- Desenvolvimento de núcleos multiprofissionais de acompanhamento das escolas e Instituições de Ensino Superior públicas e gratuitas.
- Garantia de restaurantes universitários/acadêmicos e residências universitárias nas cidades das IES públicas para estudantes dessas IES.
- Garantia por parte do Governo Federal o aumento do valor por estudante, com um percentual de 100% do atualmente pago pelo PNAE, que corresponde a melhoria nutricional da merenda escolar distribuída nas escolas de educação básica para a rede de ensino pública e gratuita.

Durante o debate foi apontada uma contradição originária do I ENE existente entre a defesa da educação pública e gratuita e a reivindicação de políticas de assistência e permanência para estudantes da rede privada.

Para o debate do **Eixo 2 – Avaliação** procedeu-se novamente a leitura dos documentos norteadores e ao se dá início ao debate foi realizado um questionamento sobre a metodologia e se não iria serem feitas novas propostas saindo da leitura dos anais do I ENE. Foi esclarecido que a leitura era pra embasar as discussões e também passar para conhecimento de todos os pontos discutidos. Esclarecida a dúvida foram feitas as propostas:

- Reformulação da Política Nacional de Avaliação, para fins de diagnóstico e reorientação das ações no âmbito do sistema de ensino;

- Construção, pela comunidade de cada Instituição, de uma matriz com indicadores com vistas à avaliação institucional e pedagógica;
- Fim do sistema nacional de avaliação padronizado com teor punitivo, competitivo e meritocrático;
- Avaliação das instituições fiquem a cargo da comunidade universitária;
- Política institucional como diagnóstico para fortalecimento de indicadores frágeis das instituições constando uma matriz com indicadores definidos pela comunidade da instituição;
- Que a avaliação possa ser pensada de modo a contribuir para a construção da emancipação dos sujeitos e das Instituições;
- Que a avaliação possa contemplar as necessidades educacionais específicas.

A discussão seguinte foi sobre o Eixo Democratização (assim nomeado no I ENE e que no II ENE será contemplada no **Eixo 3 – Gestão**. As propostas foram:

- Reivindicar a paridade em conselhos deliberativos e pleitos eleitorais;
- Fim da lista triplíce;
- Autonomia das Instituições;
- Repúdio a qualquer forma de cerceamento à liberdade de expressão dentro das Instituições de Ensino, em especial a Escola Sem Partido, respeitando a diversidade;
- Garantia de gestões participativas nos órgãos colegiados;
- Pela desmilitarização das escolas;
- Eleição direta para pró-reitores;
- Eleição direta para gestor na educação básica;
- Que a segurança das escolas seja debatida com a comunidade.

Diante das propostas apresentadas foram feitos alguns esclarecimentos: 1. De acordo com o Artigo 56 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, está prevista a proporção de 75% (docentes), 15% (técnico-administrativos) e 15% (discente) para composição dos órgãos colegiados das Instituições. Contudo, a Constituição Federal prevê autonomia às Instituições para definição dessa proporção. Hoje as instituições adotam em sua maioria a proporcionalidade e é sabido que uma instituição adota o voto universal; 2. Sobre a proposta da gestão participativa deve-se priorizar uma gestão democrática que garanta a participação da comunidade em contraponto a gestão empresarial e gerencialista.

Eixo - Trabalho e formação dos (as) trabalhadores (as) da educação

A formação dos profissionais de educação merece mais atenção e investimentos massivos para que se tenha maior qualificação do ponto de vista da humanização e baseado na vida social do educando. Busca-se, então, associar o conteúdo apresentado na escola ao cotidiano do aluno para contribuir no aprendizado e na sua formação sócio-política.

- Reservar e/ou o número de vagas para cursos de licenciatura nas IES;
- Incentivar os estudantes com a ampliação do número de bolsas para que se mantenha na graduação e possa desenvolver atividades acadêmicas voltadas a prática do ensino não somente na própria IES, mas em instituições parceiras da educação básica;
- Repúdio à Base Nacional Curricular Comum - BNCC;
- Contrapor-se a perspectiva fundamentalista neopentecostal que reivindica a inclusão na BNCC de conteúdos que ensinam o criacionismo, bem como a obrigatoriedade da presença da bíblia nas escolas;
- Combater qualquer forma de manifestação de assédio moral nas relações de trabalho docente;

- Elaborar política de formação continuada de professores para educação básica, referendada em matriz de cunho humanista e que convirja para a formação humana omnilateral;
- Desenvolver uma política de combate ao produtivismo no trabalho docente e de uma plataforma lattes mais humanizada;
- Fazer levantamento e sistematizar dados sobre a saúde docente nos últimos dez anos.

Diante do tempo exíguo para a continuidade das discussões fez-se necessário a escolha de um último eixo e que portanto não seria possível contemplar todos os eixos. Após debate de propostas seguido de votação optou-se por discutir os **Eixos: Gênero, sexualidade, orientação sexual e Questões étnico-raciais**, justificando que são eixos novos e que necessitam de uma atenção diante do contexto atual. Foram sugeridas as propostas citadas abaixo:

- Equidade de gênero nos espaços de gestão e conselhos;
- Defesa do Estado Laico;
- Repúdio às novas diretrizes curriculares;
- Unidade entre luta específica e luta geral;
- Garantia do debate desses temas na matriz curricular na perspectiva dos direitos humanos;
- Retomada da Bolsa Permanência, com prioridade para indígenas e quilombolas;
- Que seja destinado recurso específico para trabalhar as questões étnico-raciais;
- Que o projeto de educação seja referenciado nos territórios e nas culturas;
- Rechaçar no âmbito da União, Estados e Municípios os PLs que querem instituir "a escola sem partido", com a máscara da antidoutrinação, mas que nega essencialmente a liberdade de expressão, o cultivo à pluralidade de ideias e castra dos debates escolares temas referentes ao gênero, à orientação sexual e, principalmente, a liberdade de pensar.

Os eixos relativos a financiamento e Trabalho e Formação dos/as Trabalhadores da Educação não puderam ser debatidos porém uma proposta foi feita e ficou deliberado que através do grupo dos e-mails até segunda feira (13.06) os participantes poderiam apresentar sugestões após a socialização do relatório. E um responsável compilaria as sugestões para serem apresentadas como propostas do Ceará.